

ESCOLA POPULAR QUILOMBOLA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA E AMBIENTAL SAPÊ DO NORTE: DESVELANDO OUTRAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EMANCIPATÓRIAS NO ESPÍRITO SANTO.

Olindina Serafim Nascimento

Universidade Federal Fluminense olindinaafricadudu@yahoo.com.br

Resumo:

Este trabalho tem como questão norteadora, **o desafio de propor às lideranças quilombolas do norte do Espírito Santo, uma formação política que, as possibilitem se qualificarem politicamente por meio da educação popular para o enfrentamento permanente com as empresas multinacionais do agronegócio de eucalipto e cana.** O projeto visa ofertar as lideranças quilombolas do Território do Sapê do Norte, ferramentas educacionais e políticas como forma de forjar habilidades de defesa e, de afirmação de seus valores culturais e de sustentabilidade, vivendo em constantes conflitos com estas empresas que dispõem de vasto capital financeiro e político, essas comunidades estão acuadas e com poucos meios de subsistir, uma que as condições para a agricultura familiar está impossibilitada, pela falta de condições da terra, escassez de fontes de água e deterioração do meio ambiente, provocados pela ação violenta e direta do agronegócio. A escola de formação é uma proposição das lideranças quilombolas em parceria com uma ONG nacional, com sede no Espírito Santo, intitulada FASE- ES.

Palavras-chave: Histórias de vida, formação popular e política, educação quilombola ambiental, resistência, Sapê do Norte.

Introdução

No estado do Espírito Santo, segundo dados de 2010 da Fundação Cultural Palmares, há no Território do Espírito Santo, aproximadamente 100 comunidades quilombolas no entanto, nenhuma delas tem a titularidade da terra garantida, devido ações articuladas das empresas do agronegócio do cultivo de eucalipto e cana que dificultam a garantia do direito a terra para os quilombolas, uma vez que, o território está em disputa, entre quilombolas e estas empresas.

A respeito da região do Sapê do Norte-ES, escreveu Oliveira (2008) em seu relatório como professor visitante da Universidade Federal do Espírito Santo:

“O termo *Sapê do Norte*”, comumente empregado nas narrativas dos quilombolas para se referirem à grande extensão territorial onde viviam seus antepassados e onde se encontra a maior parte das comunidades ainda hoje, é concebido, também, como territorialidade de suas práticas, saberes e modos de vida secretos e sagrados. Observamos, ainda, que o termo *Sapê do Norte*, enquanto denominação da região que engloba a maior parte dos territórios das comunidades que estamos estudando, se refere a uma gramínea (sapê) bastante abundante nas terras cultivadas pelas famílias negras e que não é consumida pelo gado e nem pelos animais de carga. Conforme verificamos em nosso trabalho de campo, nem os tratores que arrasaram a vegetação nativa para implantarem a monocultura do eucalipto conseguiram extirpar o sapê, visto que continua - para empregar um termo localmente significativo - *renascendo* em meio aos eucaliptos, este símbolo do poder econômico mundializado

que não conseguiu suplantar as diversidades étnicas e culturais locais (OLIVEIRA 2008, p. 4).

Do período colonial brasileiro aos nossos dias, africanos, afro-descendentes, quilombolas vêm rompendo amarras, não se deixando escravizar. O corpo, o trabalho, a família, a cultura, a religião, os conhecimentos, as produções, os recursos naturais, as moradas, a terra e a dignidade, tudo isso já tentaram tirar-lhes.

Contra as diferentes forças opressoras e dominadoras, negras e negros do Sapê do Norte, no Espírito Santo, vêm lutando por mais de três séculos, deixando sempre um legado de coragem para as suas gerações futuras. As formas que encontraram para enfrentar tamanhos desafios, foram os ensinamentos deixados por seus antepassados, entre estes, a resistência, um símbolo de enfrentamento ao racismo.

De acordo com Santos 1998,

O racismo está depositado no mais fundo da cabeça dos homens, assim como certas sementes que resistem às mais violentas mudanças de temperatura e subitamente, voltam a brotar. Há nele uma dose de irracionalismo que nenhum sistema social, até hoje, foi capaz de liquidar (SANTOS, 1998 p. 35)

Corroborando com Santos (1998), Munanga (2005) infere que, uma sociedade é em geral feita pela sua classe dominante, com o objetivo duplo de manter seus privilégios e deixá-la dormir em paz. É nesse sentido que as lideranças quilombolas forjam outras práticas educativas emancipatórias, práticas de resistência, aliadas a formação política. Sabendo dos desafios em enfrentar forças poderosas do agronegócio, com interesses para o lucro e para o mercado consumidor, é preciso se prepara, buscar elementos e parcerias que possam garantir sustentação à resistência.

Resistir para as comunidades quilombolas do norte capixaba, significa sair das condições de estrangulamento, em que vivem, manter as suas tradições, modo de vida e principalmente modo de subsistência, um povo que, constantemente são destituídos de seus territórios, e, reagem como podem. Um dos modos de reagirem foi se unirem para, iniciar um processo de retomada das terras no território, já reconhecido e identificado, pela Fundação Cultural Palmares.

Organizam também processos de recomposição de seu patrimônio, por meio da mobilização ao enfrentamento a empresa de eucalipto, Aracruz Celulose¹, buscam garantir sobrevivência pelo acesso com o recolhimento dos restos de madeira de eucalipto, deixados pela empresa no território e que, não são utilizados para a fabricação de celulose, único

¹Empresa que planta eucalipto nas terras quilombolas no norte do Espírito Santo para a produção de celulose.
(83) 3322.3222

recurso disponível hoje para a sobrevivência de muitas famílias quilombolas, culminando com a falta de terra, água e mata atlântica.

Essas famílias, experimentam com a retomada do território, novos plantios de mudas nativas e sementes crioulas na busca por suas próprias saídas, para as situações que enfrentam no seu cotidiano, procuram aliados como a rede de mobilização, Rede Alerta Contra o Deserto Verde e, na Via Campesina, parceiros para superar desafios para sua resistência.

Vivemos em plena democracia do século XXI, porém no Sapê do norte mais de 1.400 famílias quilombolas moradoras dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, continuam a lutar. Por terra e dignidade. Empresas monocultoras de eucalipto e cana-de-açúcar atentam contra a sua sobrevivência. “As empresas, Aracruz Celulose, Bahia-Sul e Suzano, DISA, tomaram-lhes as suas terras, desde a década de 60 e ainda pretendem se expandir ilimitadamente em tempos de mercado de carbono e biodiesel como impulsionadores”².

O governo federal fomenta tal desenvolvimento e ao mesmo tempo reconhece os direitos quilombolas. O impasse fica então para o Conselho de Segurança Nacional, enquanto as macro políticas econômicas apontam para uma franca aceleração do crescimento das monoculturas, nos territórios quilombolas em todo o país.

De acordo com (GOHN, 2013). Realizar um trabalho “de base”, gerador de consciências críticas no sentido pleno da transformação social, processo de incentivo às potencialidades dos próprios indivíduos para melhorarem suas condições imediatas de vida, promovendo o “emponderamento” da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, com a mediação de agentes externos. As lutas sociais por reconhecimento convivem com lutas pela redistribuição e acesso a bens e serviços (2013, p.58)

Ainda refletindo conforme GOHN, 2013. Os movimentos do passado possuíam papel essencialmente universalizante, uma vez que lutavam pelo “direito a ter direitos” . Mas, hoje, o que se busca é o reconhecimento e o respeito às diferenças às demandas e características particulares, representados pelos movimentos identitários.

Atualmente existe grande variedade de organizações, articulações, projetos e experiências, refletindo a ampliação do leque dos movimentos sociais. (2013, p.17)

² Fala de Vinnie Coordenador da Rede Alerta Contra o Deserto Verde.

Nesse contexto as lideranças quilombolas aliados a articulação dos movimentos sociais na busca por seus direitos, e postulados por FREIRE, forjam sua visão de mundo na tentativa de ser protagonistas de sua história, pelo viés da educação popular, apresentar uma alternativa possível para o enfrentamento aos desafios e obstáculos existentes no território. A tarefa seria criar um mecanismo com capacidade e continuidade para gerir lideranças, organizativas, capazes de decidir a sua vida e os rumos da caminhada coletiva da comunidade, um processo que envolvia lutas no sentido de embates político ideológicos contra uma dada ordem sociopolítica. Trata-se, agora, de aprender a se defender, manter o território, gerar renda, aprender a reconhecer a sua visão de mundo como postula Freire 1987.

Nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa (FREIRE, 1987, p. 49).

No ano de 2003, as lideranças quilombolas do Território do Sapê do norte, em parceria com FASE Espírito Santo uma organização não governamental, iniciam um processo de organização política ambiental nas comunidades quilombolas com objetivo de, fazer formação política; trabalhar com a educação popular e informal; ampliar a capacidade discursiva e argumentativa dos participantes quilombolas, fortalecer as mobilizações de luta das comunidades; ser um espaço de trocas de conhecimentos, debates, reflexões, aprendizagens, leituras, criações, intercâmbios, socialização e práticas ambientais no território, assim como estimular e promover a cultura e tradições quilombolas, movimentando a inserção e/ou maior participação política das lideranças quilombolas, nos espaços de discussões e decisões políticas, sobretudo em suas comunidades.

A FASE Espírito Santo, foi fundamental para a elaboração e execução da proposta de formação política e de conscientização social para as lideranças quilombolas, que levou o título de Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental, Freire advoga que no processo de mudança e transformação social a educação deve ser libertadora:

Uma educação libertadora e conscientizadora, voltada para a geração de um processo de mudança na consciência dos indivíduos, orientada para a transformação deles próprios e do meio social onde vive (FREIRE 1970, p. 18)

Para este processo deu-se o nome de A Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental, um projeto de educação popular dirigido às comunidades de quilombolas que sobrevivem no norte do Espírito Santo, rodeadas pelas monoculturas de eucalipto, cana, café e maracujá e macadâmia, por todos os lados.

A Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental, em parceria com a FASE, busca contribuir na luta social quilombola, na construção de novas condições para a transformação desta realidade de profunda injustiça social, por meio da educação popular.

Quando tentamos um adentramento no diálogo como fenômeno humano, se nos revela algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a palavra. Mas, ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também, seus elementos constitutivos (FREIRE, 1987, p. 44).

Para Munanga (2005), a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializado.

Segundo Munanga 2005, construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. Sendo é necessário uma educação cidadã e transformadora, o processo:

É, longo e demorado processo de transformação de nossas estruturas mentais herdadas do mito de democracia racial e, conseqüentemente, dos mecanismos racistas que, sutil, consciente ou inconscientemente, marcaram a nossa própria educação e formação, é oferecer e discutir alguns subsídios que possam ajudar no desenvolvimento do processo de transformação de nossas cabeças. (MUNANGA 2005, p. 20)

Munanga entende que, uma educação que visa não somente o domínio das teorias e novas tecnologias, que, embora imprescindíveis, não seriam suficientes, mas também, sobretudo, uma educação cidadã orientada na busca da construção e da consolidação do exercício da cidadania, dos princípios de solidariedade e equidade, com isso, Munanga. Entende que, a educação cidadã, convida para um olhar crítico sobre as questões relacionadas com a construção de nossas identidades individuais e coletivas, fazendo delas uma fonte de riqueza e de desenvolvimento individual e coletivo.

Tomando como pressuposto Munanga 2005, o desafio de propor às lideranças quilombolas do norte do Espírito Santo, uma formação política que, as possibilitem se qualificarem politicamente por meio da educação popular para o enfrentamento permanente com as empresas multinacionais do agronegócio de eucalipto e cana, nos leva a questionar como se dará essa formação política?

Metodologia

A rotina de uma edição da “Escolinha Quilombola”, como todos a chamam, começa ainda na sexta-feira, quando os coordenadores da FASE e as lideranças quilombolas preparam as oficinas e levam os convidados que irão atuar naquela edição da escola de formação. No sábado, bem cedo,

ônibus fretados levam os moradores de todas as comunidades para o local escolhido na edição anterior.

Segundo Calazans, o coordenador da FASE Espírito Santo:

A perspectiva socioeducativa deste trabalho é animadora, a escolhida é o nosso projeto mais experimental, num dia falamos de comunicação, noutro dia trazemos poetas e filósofos, noutro ouvimos música, mas sempre buscamos reforçar a identidade e a capacidade de intervenção dos quilombolas”. Identificada com os princípios da educação popular há mais de 40 anos, a FASE atualiza esta metodologia em meio a um confronto político de grandes proporções. Marcelo Calazans, (coordenador da FASE Espírito Santo)

As atividades da escola de formação quilombola começam com uma roda de discussão embaixo de uma frondosa mangueira ou no local que aquela comunidade que está recebendo a escola de formação no período definir. A cada edição são mais de cinquenta quilombolas que participam, das atividades, cria-se espaço para todos.

A escola de formação quilombola é de caráter popular, acontece uma vez por mês no segundo final de semana do mês. Há um compromisso, de não coincidir as atividades da escola de formação com as atividades de reunião da Comissão quilombola, organização regional do movimento quilombola.

Os temas em geral são escolhidos durante a edição da escola de formação e, de acordo com a necessidade daquela comunidade que vai receber a edição da escola de formação no mês seguinte, os temas da edição, versam sobre identidade, resistência, território, feminismo, violência contra a mulher, juventude, trabalho e renda, agroecologia modos de vida, histórias de vida, trabalho escravo, africanidades.

A cada tema escolhido é feito contato com quem pode desenvolver o tema na escola e, é providenciado tudo que se precisa para a edição acontecer, com o cuidado de que seja uma organização coletiva e inclusiva.

De acordo com o tema proposto para aquela edição se organiza os materiais e a dinâmica de estudos. Todos participam ouvem com atenção, os oficinairos e convidados, que são professores e estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo, convidados com temáticas específicas de acordo com a demanda.

Vários são os temas apresentados pelos próprios quilombolas para serem desenvolvidos no período de edição da escola de formação. A Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental busca contribuir com:

- o fortalecimento de lideranças;
- acesso a informação dos direitos fundamentais;
- a luta pela terra;

- as escolhas de alternativas econômicas;
- legislação;
- informações sobre direitos étnicos;
- as estratégias para exigibilidade e seus direitos;
- produção de cartilha sobre educação diferenciada para populações quilombolas.

Como exemplo citaremos, uma das edições da escola em que o tema foi comunicação popular, os participantes quilombolas ouviam com atenção estudantes de comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo e, um dos principais assuntos foi o modo como a Rede Gazeta, maior conglomerado de mídia do Espírito Santo, apresenta à opinião pública a luta do movimento quilombola para permanecer em suas terras.

Essas mesma rede gazeta, omite as informações a despeito da falta de condições que a maior empresa de eucalipto da região impõe as comunidades quilombolas, com produção em larga escala de plantações de eucaliptos.

Como o assunto daquele fim de semana se tratava da comunicação social, a equipe de Comunicação da FASE Nacional foi convidada para participar da edição da formação, que aconteceu na comunidade de Angelim 1. Comunidade tradicionalmente localizada à beira do rio Angelim, município de Conceição da Barra é um agrupamento de cerca de dez famílias que vivem de extração e plantio de frutas e legumes.

Diante disso, a conversa de abertura entre os participantes, concluiu que o único modo de disputar corações e mentes no enfrentamento com a empresa de eucalipto seria, criando os próprios meios de comunicação nas comunidades, nos quais se podia, expressar sua permanência no território, há mais tempo que a empresa de eucalipto, a proposta daquela edição seria mostrar para o povo quilombola e para a sociedade que existe formas muito mais respeitadas de lidar com a terra e, afinal, partido do principio que o povo é portador de direitos inalienáveis, garantidos na Constituição.

A Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental, é dividida em etapas de um final de semana por mês, nas próprias comunidades do Sapê do Norte envolvidas na Escola Popular Quilombola.

Os eixos temáticos estudados são:

- agroecologia e segurança alimentar
- gênero

- meio ambiente
- cultura
- escola
- liderança
- ética
- direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais
- comunicação
- território/terra
- questão agrária e agrícola
- estado e poder público

Resultados e Discussão

O processo de formação para as comunidades quilombola difere-se dos demais, em função de estar baseado em uma formação vinculada a um movimento de luta social visando reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história do povo quilombola, que considera o conjunto das dimensões da formação humana, pois essa formação, tem o ser humano como centro, sujeitos de direitos, ser em construção respeitando as suas temporalidades, para que estes

Os povos quilombolas são de origem rural herdeiros da identidade de um território em formação, que deve lutar uma educação, onde o direito ao conhecimento, a valorização e respeito a sua descendência africana, sua cultura e história o tornem cidadãos, cidadãs, que os libertem do processo alienante historicamente implantado, pelas elites brasileiras, que definiram a função do negro, enquanto mão de obra barata que só deverá ter acesso a uma formação limitada que não o leve a galgar espaços relacionais dos quais fora para esse povo definidos.

Nos últimos anos a organização do movimento quilombola tem se ocupado da Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental, que recebe para suas atividades: mulheres e homens, jovens, adultos e crianças de todas as comunidades quilombolas dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

A Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental é pensada como um local que acolhe a todos sem fazer distinção entre eles. Cabe aos oficinairos e convidados tarefa de transformar aquele ambiente em um ambiente acolhedor e que provoque nos participantes o prazer de estar ali e, especialmente de romper com algumas barreiras que vivenciaram ao longo de suas vida ao frequentar a escola dita regular. Nesse sentido esses

formadores tem uma visão mais ampla sobre esses grupos que ultrapasse a simples questão fundiária e considere os aspectos étnicos, históricos, antropológicos e culturais presentes.

A Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental procura desenvolver como metas as seguintes questões:

- valorizar o conhecimento, a memória e a experiência dos/as moradores/as mais velhos/as e impulsionando os mais jovens;
- estabelecer relações com a história e a memória vivida dos antepassados;
- focar a equidade de direitos nas relações sociais de gênero;
- envolver os filhos numa programação própria;
- trabalhar com materiais pedagógicos variados como filmes, textos, mapas, músicas, poesias, pinturas, jornais e revistas,
- valorizar a produção de artesanato das comunidades;
- incentivar a produção de sementes crioulas entre as comunidades;
- abordar conteúdos diversificados e abrangentes;
- facilitar a troca e articulações com outros povos e movimentos sociais (índios tupiniquins e guaranis, MST e MPA);
- incentivar a produção de alimentos, inclusive na compra dos mantimentos para a Escola Popular Quilombola ;
- criando, elaborando e produzindo canais de comunicação entre as comunidades do Sapê do Norte;
- ressaltando a coletividade e as singularidades dos indivíduos;
- possibilitando as visitas nas comunidades, estimulando a organização interna e a aproximação do grupo com as realidades próprias de cada comunidade do Sapê do Norte;
- trazer várias expressões e linguagens que possam despertar os diversos gostos;
- contactar as lutas do campo e da cidade;
- formular críticas ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, industrial, exportador;
- abranger análises escalas internacionais, nacionais, estaduais, regionais e locais;
- ampliar as possibilidades de revisão e reconversão das monoculturas;
- realizar leituras críticas do marketing empresarial e dos meios de comunicação de massa;
- buscar referências na matriz africana;

- contribuir para identificar os conflitos, as relações de poder e os processos de mudança nas temáticas abordadas;
- impulsionar a comunidade com relação ao meio ambiente.

A Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental, tem grande relevância na construção da formação política do movimento quilombola, a partir das edições nas comunidades, houve um despertar para a cidadania a busca por mais formação e informação dos direitos adquiridos. Criou também no grupo o repensar dos currículos e as práticas pedagógicas, nas escolas das comunidades e em especial o que se ensina nessas escolas.

Foi em uma edição da escola de formação que surgiu a proposta de fortalecer o grupo de educação quilombola, chamado de GT de educação quilombola, criado pelo movimento em 2006, com objetivo de acompanhar as ações realizadas nas escolas quilombolas pelo poder público local.

Etno Conclusões

O processo de transformação de nossas estruturas sociais, conseqüentemente, dos mecanismos racistas que, sutil, consciente ou inconscientemente, marcaram a nossa própria educação e formação, foi o que moveu quilombolas e ONG FASE-ES, para inferir alguns subsídios que fossem contribuir no desenvolvimento do processo de transformação de nossa realidade.

Embora possamos contar com o diálogo, a troca de experiências, durante as discussões, e os debates apresentam resultados, entre todos os envolvidos, interessados, preocupados e, comprometidos com o desenvolvimento desse projeto. cremos que o esforço interno e o engajamento de cada um de nós no coletivo e individualmente são necessários para a realização dessa tarefa imensa transformar as lideranças quilombolas do território do sapê do norte em protagonistas de sua história.

Em outras palavras, a finalidade dessa, Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental consiste, por um lado, em mostrar o racismo como um dos graves problemas de nossa sociedade e, por outro lado, em mobilizar todas as forças da sociedade para combatê-lo por meio da Educação Política do povo quilombola.

mecanismos de transformação de um povo, a escola de formação quilombola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimula a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, constitui-se a educação para a ampliação da cidadania de um povo.(FREIRE,1991.p 34)

A relação das comunidades tradicionais com a natureza demonstra a percepção desta para a importância da natureza e a sobrevivência de ambos revelada por meios de critérios de uso coletivo da terra, da água, das florestas, da extração e plantio, desenvolvidos no contexto sócio-cultural tendo como base a solidariedade e partilha existente entre as comunidades. Conforme dito por Alvarenga (2005) no XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia sobre a pesquisa realizada em 2005 no território do Sapê do Norte:

À medida que as populações se ambientaram em determinadas regiões também foram consolidados os conhecimentos sobre o meio, seus limites e potencialidades, que implicaram na elaboração de técnicas adaptadas, estruturação de dietas e sistemas produtivos diversificados diretamente relacionados aos ciclos naturais e dinâmicas dos ecossistemas (ALVARENGA, 2005, p. 4).

Desde 1988, a Constituição Federal, em seu Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/CF), garante: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. De acordo com o Decreto 4.887/2003, os quilombos são: grupos étnico raciais segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. (Art. 2º do Decreto 4887, de 20/11/2003)

No ano de 2003, no Brasil, como resultado de luta do Movimento Negro no geral e quilombola em particular, foi sancionada a Lei Federal 10.639 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar da educação básica. Em consequência, cria as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais que estabelece a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira no currículo.

Mais recentemente, em 2011, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), iniciou o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Estas diretrizes vão orientar os sistemas de ensino para que eles possam colocar em prática a Educação Escolar Quilombola mantendo um diálogo com a realidade sociocultural e política das comunidades e do movimento quilombola.

Em 20 de novembro de 2012, cedendo a pressão do movimento quilombola, o Ministério da educação, em uma iniciativa do conselho nacional de educação por meio da

câmara de educação básica. Criou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Referências

ALVARENGA, L. Aspectos socioambiental da comunidade quilombola de São Jorge, São Mateus/ES. Relatório técnico. Vitória: INCRA, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. RESOLUÇÃO No 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012, Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. o Parecer CNE/CEB no 16/2012, homologado por Despacho publicado no DOU de 20 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

FASE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 .

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MUNANGA, Kabengele, Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. Organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. O que é racismo coleção: primeiros passos - vol. 7: 1998. Edição: 15ª.